



ABANDONO ESCOLAR E A CRISE CONTÍNUA DA GESTÃO EDUCACIONAL: UMA REFLEXÃO SOBRE A REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELFORD ROXO - RJ¹

Moisés Amora da Silva Filho²
Guilherme Lima Lago Tomaz³
Rafaela Alves Luzia da Silva⁴
Janiara de Lima Medeiros⁵

RESUMO

O abandono escolar é um tema comum nos debates do poder público e meios acadêmicos. Suas causas normalmente não são diretamente ligadas à administração pública, mas uma eficiente gestão pública pode atenuar as causas da desistência dos estudantes. O presente artigo tem por objetivo analisar as principais motivações para os altos índices de abandono escolar na Rede Pública Municipal de Educação de Belford Roxo - RJ. Diante deste cenário, refletir a respeito dos motivos pelos quais os estudantes abandonam seus estudos é o passo inicial para buscar possíveis soluções para a diminuição dos altos índices apresentados. A partir do aprofundamento de diversos referenciais teóricos-metodológicos ligados ao campo estudado, foram efetuadas leituras que subsidiaram a mensuração dos dados estatísticos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), vinculado ao Ministério da Educação (MEC), possibilitando verificar as taxas de abandono e reprovações em Belford Roxo. Apresenta-se, por fim, uma pequena contribuição para os debates sobre a crise de gestão escolar.

Palavras-chave: Abandono escolar, Administração pública em educação, Gestão educacional, Belford Roxo - RJ.

INTRODUÇÃO

Este artigo analisa os dados relativos ao alto índice de abandono escolar na Rede Pública Municipal de Educação de Belford Roxo - RJ. Diante de um cenário que desvaloriza

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

² Doutorando em Educação pela Universidade Federal Fluminense - RJ (Bolsista CAPES), mestre em Educação pelo PPGEduc-UFF, jornalista, pedagogo e professor de História da Rede Municipal do Rio de Janeiro, msilva1109@yahoo.com.br;

³ Graduado em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense - RJ, graduando em Ciências Contábeis pela Faculdade Unyleya - RJ, guilherme_tomaz@outlook.com;

⁴ Doutoranda em Ensino de Ciências pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - RJ, rafaelaluzia@gmail.com.

⁵ Mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense - RJ (PPGEdu-UFF), psicopedagoga, pesquisadora e professora de Língua Portuguesa em instituições de ensino no Rio de Janeiro. jani.medeiros.educacao@gmail.com.



os investimentos na escola pública, estudar os indicadores de abandono/evasão escolar se faz importante para a compreensão da crise educacional.

No Brasil, ter acesso a um modelo de ensino que seja, ao mesmo tempo, público e de qualidade parece ser um sonho que muitos almejam, mas que poucos conseguem alcançar. Como consequência disso, nas últimas décadas, a sociedade civil organizada brasileira esteve à frente de inúmeras campanhas em defesa de maiores investimentos da União no setor educacional do país. Entidades estudantis, em especial, a União Nacional dos Estudantes (UNE), propuseram e conseguiram a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) - Lei Nº 13.005/2014 decênio 2014 a 2024. A meta 20 do PNE destina 10% do Produto Interno Bruto - PIB do País, ampliando os investimentos na Educação Pública.

O debate sobre o abandono escolar é uma questão urgente, sendo necessárias medidas que possibilitem a diminuição dos altos índices em todos os níveis e modalidades de ensino. Em 2018, por exemplo, o Censo Escolar indicava uma taxa de abandono escolar nacional da ordem de 824.769 alunos (2%) no ensino fundamental (EF). Na Rede Municipal de Belford Roxo foram 926 alunos (3%) que abandonaram as salas de aula, e essa taxa não contabilizava os alunos evadidos, nem aqueles que não renovaram a matrícula escolar no ano de 2018 e interromperam seus estudos.

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), vinculado ao Ministério da Educação (MEC), o conceito técnico de abandono é diferente de evasão. O abandono escolar ocorre quando o aluno deixa de frequentar a escola no período letivo. Ele faz sua matrícula no início do período e no passar dos meses abandona, não retornando à escola para dar continuidade a seus estudos. Já a evasão escolar ocorre quando o aluno fecha um ano letivo e não retorna no início do ano seguinte para renovar sua matrícula e dar continuidade aos estudos.

O abandono e a evasão escolar são debatidos por inúmeros estudiosos, que compilam dados, apresentam diagnósticos, buscam possíveis medidas e ações para solucionar esse problema tão caro à educação nacional. As discussões dentro do meio acadêmico tendem a focalizar a preocupação com a parcela de crianças e jovens que abandona/evade a escola e não completa o ensino fundamental, e que, por consequência, não terminam a educação básica, transformando o ensino médio algo distante para muitos cidadãos.

A Constituição Federal (CF), artigo 5º, assevera que a Educação é direito de todos e dever do “Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).



Em complemento à CF, duas leis que regulamentam o direito à educação merecem destaque: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A CF, a LDB e o ECA formam o tripé basilar que assegura o direito fundamental de acesso à educação de crianças e jovens. Na LDB, os entes federativos têm graus de responsabilidades diferentes, e às vezes, em conjunto, em relação à organização do ensino público ofertado no país. Cabe à União liderar um pacto nacional, a partir das ações definidas no Plano Nacional de Educação (PNE), em parceria com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, para os avanços das metas educacionais.

Diante disso, o presente estudo intenta demonstrar as razões do abandono escolar na Rede Pública Municipal de Educação de Belford Roxo. Investiga-se ainda, as taxas de reprovações e fracasso escolar, a distorção ano de escolaridade e idade e a gestão escolar. Pretende-se apresentar alguns dos fatores internos e externos que levam os alunos a abandonar a escola, bem como verificar se a Administração Pública de Belford Roxo age para atenuar ou gerar uma solução do problema na rede municipal de ensino.

METODOLOGIA

A pesquisa quantitativa é algo pouco realizada no campo educacional, por diversos fatos, na maioria das vezes pelas dificuldades na coleta dos dados e pela dispendiosa estrutura técnico-financeira que precisa ser investida para sua realização. No entanto, a educação não deve temer a análise quantitativa, que nos apresenta um universo de reflexão rico para as pesquisas educacionais.

Diante disso, os pesquisadores da área de educação precisam amplificar pesquisas com tais características metodológicas. Nesta mesma direção, optamos por refletir o abandono escolar a partir dos dados do Censo Escolar da cidade de Belford Roxo, mas não somente os dados frios, afinal de contas, é preciso ir além, aprofundar-se.

Pressupõe um conhecimento do contexto em que os dados foram produzidos e de sua forma de medida e de coleta. Pressupõe um conhecimento amplo e aprofundado da área em que os problemas estudados se situam. Pressupõe, pois, o domínio de teorizações e o conhecimento de seus contornos epistêmicos. Este domínio permite escapar ao uso mecânico de técnicas de análise quantitativa, permite ainda detectar os maus usos dessas técnicas e as distorções de análises. (GATTI, 2004, p.14).



À análise dos dados permite-se apreender possíveis elementos causadores do abandono escolar no EF da rede municipal de Belford Roxo - RJ. Na leitura dos dados vem à luz elementos que possibilitam identificar causas e consequências do abandono escolar, e que foram norteadoras da nossa reflexão teórico-metodológica. Quanto à abordagem do problema, a pesquisa utilizou os dados do **Censo Escolar do INEP**⁶, por intermédio, do **portal QEdu**⁷. Os fundamentos teóricos sobre o abandono escolar foram embasados em autores que estudam a temática de forma mais aprofundada, entre eles: CURY (2007), ARAUJO (2017), SANTOS (2015), SILVA (2015), SILVA FILHO (2017), PINTO (2014), VASCONCELOS (2014), AZEVEDO (2013), GATTI (2004), PARO (2010), RIBEIRO (1991).

AS RAÍZES DO ABANDONO ESCOLAR (REFERENCIAL TEÓRICO)

Os dados do Censo Escolar 2018 apontam números mercedores de atenção. De acordo com eles, o EF brasileiro conta com 27,2 milhões de alunos matriculados, um valor 4,9% menor do que o número de matrículas registradas no ano de 2014. Essa queda, segundo o INEP, foi mais intensa nas matrículas dos anos finais (6º ao 9º), do que nos anos iniciais (1º ao 5º), expressando um funil ainda mais excludente de acesso ao ensino médio, etapa final da educação básica.

Decorrem-se, atualmente, diversas causas que podem atuar na ocorrência do abandono escolar. Na perspectiva dos autores Silva Filho e Araújo (2017, p. 43), as “condições socioeconômicas e violência são motivos importantes a serem discutidos, principalmente em regiões urbanas, onde o tráfico de drogas se faz presente em sua maioria e influencia diretamente em muitos casos no comportamento do educando”.

Contudo, duas óticas divergentes se evidenciam: a primeira representa o que ocorre fora da escola, como relação familiar, desigualdade social, violência e drogas. Para Vasconcelos (2014, p. 12), “deve-se levar em conta o que envolve questões cognitivas e psicoemocionais dos alunos, fatores socioculturais, institucionais e aqueles ligados à economia e apolítica.” A segunda abordagem analisa o cenário das Redes Públicas Municipais, enfatizando uma reflexão sobre as dificuldades de infraestrutura física precária, inexistência de atividades extracurriculares, práticas esportivas diversificadas e atrativas aos

⁶ INEP é organizador do Censo Escolar, principal instrumento de coleta de informações da educação básica e a mais importante pesquisa estatística educacional brasileira.

⁷Qedu é um porta que compila, sistematiza e analisa os dados oficiais do Censo Escolar (iniciativa desenvolvida pela Fundação Lemann e Meritt).



alunos, distanciamento e falta de empatia entre professores e alunos e a falta de diálogo entre os vários atores sociais da comunidade escolar.

Um fator importante, que não pode ser esquecido, é a relação abandono e reprovação (AZEVEDO, 2013). O binômio é dos maiores entraves vivido pelas redes públicas de ensino, e suas causas e consequências advêm de fatores diversos, entre eles, os aspectos culturais, sociais, econômicos e políticos.

Pinto (2014, p. 23) afirma “que a falta de estímulo e motivação dos alunos de classes menos favorecidas, seja de forma econômica ou cultural, tem interferido de forma significativa no processo de aprendizagem”. As reprovações levam o aluno à distorção ano de escolaridade e idade, e o atraso escolar pode afetar diretamente no rendimento e na sua interação com o restante da turma. Em consequência, a baixa autoestima e a falta de confiança em seu potencial são pontos que podem levar o aluno a abandonar os estudos.

Outro elemento contribui para o abandono escolar, a alta incidência entre os alunos das classes populares que precocemente necessitam colaborar no provimento das suas famílias e do seu próprio sustento. (MEDEIROS, 2019). Desta forma, esgotados dos hábitos diários e desmotivados pela pouca qualidade do ensino, ao mesmo tempo em que não se sentem incluídos em tal sistema, estes jovens tendem a abandonar seus estudos.

Ao aprofundar as leituras da área, observa-se uma convergência entre os estudiosos da questão:

É grande o quadro das causas que levam à evasão escolar, entre eles estão: a falta de motivação do aluno para situar-se na escola, o despreparo do professor para ministrar suas aulas, a frequente rotatividade dos professores na escola, o número insuficiente de pedagogos para atuarem, a ausência, a distância da família no acompanhamento do processo ensino-aprendizagem do sujeito, a metodologia aplicada pelo professor em sala de aula, a indisciplina, a transferência de moradia, a repetência, a gravidez precoce, o consumo de álcool, o trabalho infantil, as dificuldades de acesso à escola, o bullying, o racismo. (SILVA; SANTOS, 2015, p. 33).

A realidade de vida dos alunos das camadas mais populares diferencia-se do que acontece com os alunos da classe dominante, pois os alunos oriundos da classe social dominante têm como diferenciais praticar atividades extracurriculares, estudo de língua estrangeira, música, teatro, esportes, dança, cursos de reforço, preparatórios. Os filhos das camadas mais populares mal têm admissão aos cursos noturnos, sem perspectiva alguma de fazerem cursos de aperfeiçoamento ou complementares.



Silva Filho e Araújo (2017, p. 39), alertam para fatores internos e externos à escola, como “drogas, sucessivas reprovações, prostituição, falta de incentivo da família e da escola, necessidade de trabalhar, excesso de conteúdos escolar”, assim como “alcoolismo, vandalismo, falta de formação de valores e preparo para o mundo do trabalho influenciam diretamente nas atitudes dos alunos que se afastam da escola”. Procurar entender a juventude no seu todo é vital, as suas dificuldades numa sociedade que vive em constante mudança, na qual a própria definição de “jovem” agrega vários fatores distintos e contraditórios entre si.

Entre os 6 e 14 anos de idade, todos deveriam estar obrigatoriamente cursando o EF, e o Estado deve zelar e garantir que isso aconteça. O abandono escolar também se vincula com a transição demográfica, a mudança de local de moradia fruto do processo de urbanização. Visto que, a concentração das populações nos espaços urbanos aumentou a demanda por políticas públicas educacionais, por novas escolas, o que muitas vezes não acontece de forma rápida à resposta do poder público.

Para Vitor Henrique Paro, a reprovação foi a forma adotada pela administração pública para culpar os alunos pelo seu fracasso escolar:

A tendência generalizada, diante desse fracasso, tanto na academia quanto nas instâncias do Estado e da sociedade em geral, é lançar sua responsabilidade sobre os meios e sua utilização. Busca-se, então, a causa do mau ensino, ora na escassez ou mau emprego dos recursos (condições inadequadas de trabalho, baixos salários, falta de material didático etc.), ora na má qualidade do corpo docente (formação deficiente, falta de compromisso profissional etc.), ora em causas ligadas aos próprios usuários da escola (desinteresse do aluno, violência, falta de empenho dos pais em estimular seus filhos a aprender etc.). (PARO, 2010, p. 773).

A classe econômica mais favorecida tem o comando da sociedade e a molda conforme seus interesses, e não faz diferente quando se trata da educação. Esta tornou como prática a classificação dos estudantes pelas suas classes sociais, sendo a norma estabelecida para julgar a razão do fracasso (BATISTA *et al.*, 2009). O autor aborda que a forma como são classificados e avaliados os alunos vai de acordo com sua condição social. Este modelo tende a desestimular o aluno e o leva a reprovações e ao abandono escolar.

O método avaliativo utilizado na escola pode não levar em consideração que a forma de apresentar a matéria não é atrativa ao aluno e isso coincide no seu fracasso escolar, pois ao não se interessar pela matéria, seu rendimento pode cair e isso leva o aluno ao desinteresse. O que esse conteúdo estudo vai interferir em sua vida acaba sendo um dos questionamentos dos



alunos, aqueles que vem a situação de sua casa e a luta constante de seus pais ou responsáveis por garantir o sustento da família.

Ao se sentir incapaz de compreender o conteúdo e não entender como isso pode contribuir para a busca de uma vida melhor, uma parcela deixa a escola e vai à procura de outras vivências mais atrativas do que a escola. O fracasso escolar tende a jogar esses jovens à própria sorte, pois abandonam a escola e se tornam ainda mais vulneráveis. Nas regiões com maiores índices de tráfico e violência, eles acabam sendo presas fáceis para o mundo do crime.

Reverter tal cenário exige comprometimento dos gestores públicos em todos os níveis da educação. Envolver a comunidade escolar nas soluções dos seus problemas é primordial neste caso. Localidades que apostam na gestão democrática da escola (GDE) tendem a ter maiores êxitos na redução do abandono escolar. Na perspectiva de Cury (2007, p. 494), “a gestão democrática expressa um anseio de crescimento dos indivíduos como cidadãos e do crescimento da sociedade enquanto sociedade democrática. Por isso a gestão democrática é a gestão de uma administração concreta.” Os pontos fortes da GDE são a inclusão e a participação de alunos, pais, responsáveis, professores, auxiliares administrativos, auxiliares de limpeza, inspetores entre outros agentes.

Seguindo essa linha, a boa administração deve ter como foco principal a forma de utilizar seus recursos para ter um melhor aproveitamento, de modo que a administração seja eficaz e eficiente. É preciso realinhar os métodos de ensino de forma a tornar o que for estudado importante para seus estudantes, que precisam compreender a importância daquilo para o seu futuro. É necessário adotar um sistema ensino que utilize o horário integral, garantindo mais tempos na escola, diversificando e ressignificando os currículos escolares.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Rede Pública Municipal de Belford Roxo – RJ conta como 76 unidades escolares e um total de 39.865 alunos matriculados, conforme dados consultados do Censo Escolar/Inep 2018. Nesta pesquisa, analisou-se as 56 escolas que ofertam EF regular aos seus 28.616 alunos.

No ano de 2018, a rede municipal de Belford Roxo - RJ teve uma taxa de abandono escolar de 3%, totalizando 928 casos no período letivo. Ao realizar uma comparação entre os anos de 2015 a 2018, observou-se que a taxa de abandono chegou a 4%, um total de 4.798 casos de abandono escolar no EF.



**Tabela 1 – Dados do Censo Escolar/INEP - Rendimento Escolar
Rede Pública Municipal de Belford Roxo entre os anos de 2015 a 2018**

Taxas de Rendimento (2015)							
Etapa Escolar	Reprovação		Abandono		Aprovação		Total
Anos Iniciais – EF	15,8%	3.515	3,6%	803	80,70%	17.984	22.302
Anos Finais – EF	20,7%	1.646	6,6%	527	72,70%	5.776	7.949
Total de alunos	17,06%	5.161	4,40%	1330	78,54%	23.760	30.251
Taxas de Rendimento (2016)							
Etapa Escolar	Reprovação		Abandono		Aprovação		Total
Anos Iniciais – EF	16,93%	3.613	3,92%	837	79,20%	16.890	21.340
Anos Finais – EF	20,49%	1.479	7,01%	506	72,50%	5.234	7.219
Total de alunos	17,83%	5.092	4,70%	1343	77,47%	22.124	28.559
Taxas de Rendimento (2017)							
Etapa Escolar	Reprovação		Abandono		Aprovação		Total
Anos Iniciais – EF	11,73%	2.508	3,41%	728	84,86%	18.139	21.375
Anos Finais – EF	15,98%	1.112	6,74%	469	77,27%	5.376	6.957
Total de alunos	12,78%	3.620	4,22%	1197	83,00%	23.515	28.332
Taxas de Rendimento (2018)							
Etapa Escolar	Reprovação		Abandono		Aprovação		Total
Anos Iniciais – EF	7,54%	1.622	2,73%	588	89,73%	19.300	21.510
Anos Finais – EF	11,68%	830	5%	340	83,54%	5.936	7.106
Total de alunos	8,57%	2.452	3,24%	928	88,19%	25.236	28.616

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

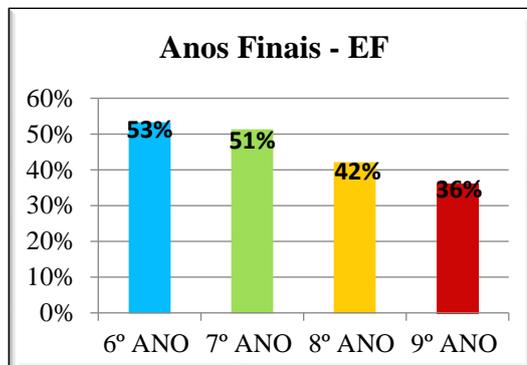
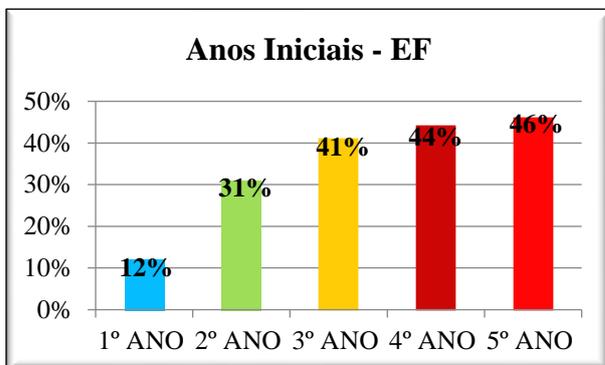
Ao analisar a Tabela 1 é possível constatar que entre 2015 e 2018 os anos finais (6º ao 9º ano) do EF tiveram as maiores taxas de reprovação e abandono escolar. Nos anos iniciais, a média de taxa se manteve estável entre 2015 e 2017. Na virada de 2018 ela reduziu, e essa queda pode ser atribuída ao novo sistema de avaliação adotado pela resolução da Secretaria Municipal de Educação (SEMED-BR), nº 3, de 13/4/2018. A medida retomou o sistema de ciclo alfabetizador na rede municipal, além de outros projetos complementares. Tais ações podem ter influenciado positivamente na redução dos índices de reprovações nos anos iniciais.

No entanto, o problema de distorção ano de escolaridade/idade no município permaneceu em níveis altíssimos. Entre 2015 e 2017 houve uma taxa de distorção por ano de escolaridade/idade de 36% nos anos iniciais e de 44% nos anos finais do EF, um índice fora dos níveis aceitáveis.

No ano de 2018 os dados foram ainda mais preocupantes, conforme os gráficos a seguir:



**Gráficos 1 e 2 – Censo Escolar/INEP
Distorção Ano de escolaridade/idade na rede Belford Roxo – ano 2018**



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Os dados apresentados no Gráfico 1, indicam que a cada 100 alunos matriculados nos anos iniciais, aproximadamente 35 estavam com atraso escolar de 2 anos ou mais. No quinto ano, por exemplo, a rede municipal tinha 4.184 alunos e 46%, ou 1.925 alunos, estavam com atraso escolar. Esse atraso pode ser mais um dos fatores que levam ao abandono escolar.

Os dados apresentados no Gráfico 2, informam que a cada 100 alunos matriculados nos anos finais, aproximadamente 48 estavam com atraso escolar de 2 anos ou mais. No sexto ano, por exemplo, a rede municipal tinha 2.685 alunos matriculados e 53%, ou 1.423 alunos, em algum atraso escolar. Os índices seguiram altos até o nono ano.

Além do abandono escolar durante o período letivo, ocorre também a evasão escolar, quando o aluno conclui o ano letivo anterior, podendo ter sido reprovado ou até mesmo aprovado, e não retorna à escola no ano seguinte para seguir seus estudos. O Censo Escolar/INEP é uma das principais ferramentas para esse monitoramento, quando se inicia a primeira fase (matrícula inicial), é preenchida toda a vida da escola, incluindo sua estrutura física, equipamentos, atividades, corpo docente e discente.

As unidades escolares e secretarias de educação não podem depender somente do banco de dados do Censo Escolar/INEP, sendo necessário ter seus próprios bancos para acompanhamento e gerenciamento. Cada unidade escolar deve ter os dados atualizados de seus alunos e responsáveis e tal ação é essencial para compreender a situação de cada um deles, suas vidas escolares, frequências, notas e demais anotações pertinentes.

Os indicadores de distorção ano de escolaridade/idade revelaram ainda estar cursando o EF um percentual expressivo de jovens que já deveriam ter ido para o ensino



médio. “Vários estudos mostram que o atraso escolar é um dos principais responsáveis pela evasão definitiva. Desta maneira, a normalização do fluxo escolar é vista como um importante meio de redução do abandono escolar.” (RIBEIRO, 1991, p. 12). Esse atraso escolar, muitas vezes, torna-se o empurrão final, motivador da não conclusão da escolaridade básica.

Um fato que merece maiores estudos é a relação entre a ocorrência do abandono escolar e a gestão da frequência escolar, pois o acompanhamento, ou a falta dele, contribui decisivamente para como a gestão escolar deve agir. Afinal, quanto mais rápido a gestão escolar souber dos alunos faltosos, maiores serão as chances de se planejar formas de resgate para as salas de aulas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram elencadas inúmeras razões que levam ao abandono escolar, entre elas, as injustiças sociais, a distância entre a prática escolar e o universo cultural da criança, a má distribuição de renda e as limitações do sistema educacional, sendo todas pontos comuns que propiciam ao abandono escolar na rede pública municipal de Belford Roxo.

Em toda a literatura pesquisada foram apresentados problemas comuns nas redes públicas de ensino, sendo os mais citados: fatores socioeconômicos, violência, reprovação, atraso escolar e falta de estímulos. Ressalta-se a urgência de uma melhor comunicação entre escola-aluno-família-sociedade no enfrentamento do abandono escolar. E, não menos importante, maiores investimentos técnico-financeiros por parte dos órgãos governamentais, tendo como intencionalidade a melhoria da escola pública.

Diante disso, nossa pesquisa constatou a necessidade de algumas ações concretas que caminhem na direção do combate a evasão e o abandono escolar do município de Belford Roxo. Entre elas: 1) a necessidade da criação, no âmbito da SEMED-BR, de uma divisão ou departamento específico para acompanhar os alunos faltosos e mapear os alunos evadidos; 2) estimular projetos e atividades desportivas e culturais no intuito de construir um ambiente mais atrativo para que o aluno possa sentir mais interesse em continuar a frequentar a escola; 3) fortalecer a participação dos pais e responsáveis no conselho escolar e, com isso, fazer funcionar uma gestão democrática em cada escola do município.

Tais medidas possibilitariam uma ação proativa de resgate destes alunos afastados da escola. Para isso, entende-se que é fundamental o envolvimento de toda a comunidade escolar, proporcionando uma nova dinâmica de gestão democrática e pertencimento.



REFERÊNCIAS

AZEVEDO, F. V. M. Causas e consequências da evasão escolar no ensino de jovens e adultos na escola municipal “Expedito Alves”. In: CONGRESSO NACIONAL EDUCAÇÃO, 12., 2013, São Paulo. **Anais** [...] São Paulo: PUC, 2013.

BATISTA, S. D. *et al.* A evasão escolar no ensino médio: um estudo de caso. **Revista Profissão Docente da Universidade de Uberaba**, Uberaba/MG, v. 9, n. 19, 2009.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 abr. 2020.

_____. **Censo Escolar de 2018**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo>. Acesso em 07 abr. 2020.

_____. Ministério da Educação. Lei nº. 13.005, de 25 de junho de 2014. **Plano Nacional de Educação - PNE**. Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 20 abr. 2020.

_____. Ministério de Educação e Cultura. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional - LDB**. Brasília: MEC, 1996.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A gestão democrática na escola e o direito à educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação da Associação Nacional de Política e Administração da Educação**, v. 23, n. 3, p. 483-495, set./dez. 2007. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/rbpaee/article/view/19144/11145>. Acesso em: 17 abr. 2020.

SILVA, E. M. N.; SANTOS, J. O. Evasão escolar: Um problema, várias causas. **Revista Brasileira de Educação e Saúde**, v. 5, n. 4, p. 30-35, out./dez. 2015. Disponível em: [file:///C:/Users/msilv/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/4178-14063-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/msilv/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/4178-14063-1-PB%20(1).pdf). Acesso em: 18 maio 2020.

FUNDAÇÃO LEMANN E MERITT (Brasil). **Portal QEDu**, 2012. Disponível em: www.qedu.org.br/cidade/5178-belford-roxo/. Acesso em: 02 abr. 2020.

GATTI, B. A. Estudos quantitativos em educação. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 11-30, jan./abr. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdfep/v30n1/a02v30n1.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Brasil). Ministério da Educação. **Censo Escolar 2018**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/censo-escolar>. Acesso em: 02 abr. 2020.

MEDEIROS, J. L. **Formação para o trabalho x formação para a vida: do princípio educativo do trabalho à educação emancipatória**. Mauritius: Novas Edições Acadêmicas, 2019.



PARO, V. H. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 3, p.763-778, set./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v36n3/v36n3a08.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2020.

PINTO, J. L. **A problemática da evasão escolar na escola pública: a quem compete?** 2014. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2014.

PMBR. Secretaria Municipal de Educação (SEMED-BR). Resolução nº 03, de 13 de abril de 2018. **Normativas e orientações do Sistema de Avaliação Escolar da Rede Pública Municipal de Ensino de Belford Roxo**, publicada em boletim oficial de 14 abr. 2018.

RIBEIRO, S. C. A pedagogia da repetência. **Estudos Avançados**, São Paulo, USP, v. 5, n. 12, maio/ago. 1991. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000200002. Acesso em 10 mar. 2020.

SILVA FILHO, R. B.; ARAÚJO, R. M. L. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores e causas possíveis consequências. **Educação Por Escrito**, v. 8, n. 1, p. 35-48, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/view/24527/15729>. Acesso em: 15 maio 2020.

VASCONCELOS, M. R. C. de. **Evasão escolar: desafios e possibilidades, um estudo de caso.** 2014. 32f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2014.